



AUDITORIA DE CONTAS A RECEBER: PROPOSTA PARA IMPLANTAÇÃO

Natalia Wanderley C. OLIVEIRA¹
João Vitor Cassiano ANDRADE²
Cíntia Ramos Lopes EVANGELISTA³

RESUMO: Este estudo teve como objetivo demonstrar a importância da auditoria interna e propor um modelo de auditoria no processo de cobrança de contas a receber. De acordo com os objetivos, o trabalho possuiu estilo descritivo e abordagem qualitativa. A metodologia deste trabalho envolveu a pesquisa bibliográfica em livros, revistas, sites oficiais. Dentre os principais resultados da pesquisa, foi possível propor a estruturação de procedimentos de auditoria no processo de cobrança de contas a receber. Portanto, conclui-se que a auditoria de contas a receber tem como base proteger o patrimônio e a confiabilidade dos dados utilizados na gestão dos negócios, buscando obter o crescimento permanente da empresa ao qual está passando por auditoria.

Palavras-chave: Contas a Receber. Política de cobrança. Organização.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, as empresas vêm enfrentando bruscas mudanças no mercado em que atuam, o que as leva à necessidade de evoluírem das práticas gerenciais existentes para uma abordagem contemporânea acerca de suas necessidades reais. Para isso, os gestores precisam conhecer os pontos fortes e fracos do ambiente de sua empresa para implementar ações que permitam o acompanhamento das novas tendências a fim de alcançar seus objetivos.

Identificar os principais tipos de controles internos relacionados às atividades de contas a receber que devem auxiliar a gestão de uma empresa,

¹ Discente do curso de Gestão Financeira do Centro Universitário “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. nataliawanderley9@hotmail.com

² Discente do curso de Gestão Financeira do Centro Universitário “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. angolanopogba@hotmail.com

³ Coordenadora dos cursos de Administração e Gestão de Recursos Humanos do Centro Universitário “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. coord.adm@toledoprudente.edu.br. Orientador do trabalho.

sempre de forma clara e objetiva, como forma de desenvolvimento, proteção, melhoria e confiabilidade.

Sendo vista atualmente como instrumento de controle administrativo, vem se destacando em diversos segmentos de uma empresa, a contabilidade mantém estreita relação com o sistema moderno da auditoria, cuja finalidade é avaliar informações contábeis, para que seja confiável, adequadas e segura todas as informações.

Assim, considerando que cada vez mais as empresas se preocupam em controlar ao máximo diversos setores, o controle interno se fez necessário para funcionamento de uma organização. Podendo dessa forma, acompanhar a rotina do setor, ajudando a diretoria descobrir erros no processo de recebimento, pois esse assunto é uma importante ferramenta para auxiliar na gestão empresarial.

O gerenciamento de riscos nas atividades empresariais permite aos gestores administrar com eficácia as incertezas operacionais e as oportunidades a elas associadas, com o objetivo de maximizar a geração de valor (COSO, 2007).

É importante entender que o conceito de controle interno mudou ao longo dos tempos. Essa evolução modificou o que era muito conhecido como simplesmente procedimentos de controle para uma estruturação adequada de controles internos.

Boynton, Johnson e Kell (2002, p. 932) definem Auditoria Interna como:

Auditoria Interna é uma atividade independente, de fornecimento de segurança objetiva e de consultoria que visa acrescentar valor a uma organização e melhorar suas operações. Trazendo para a organização uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliação e melhora da eficácia de seus processos de gerenciamento de risco, controle e governança, ajuda-a a atingir seus objetivos.

Neste contexto, este estudo teve como objetivo demonstrar a importância da auditoria interna e propor um modelo de auditoria no processo de cobrança de contas a receber.

O trabalho possui estilo descritivo e abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica em livros, revistas, sites oficiais, possível para propor a estruturação da política de cobrança de contas a receber.

2 DESENVOLVIMENTO

Para Franco e Marra (2007), auditoria é uma revisão das demonstrações financeiras, sistema financeiro, registros, transações e operações das empresas, realizada por profissional contador que busca demonstrar se há fidelidade dos registros e credibilidade aos dados apresentados, além de disponibilizar soluções através da emissão de relatórios técnicos.

Vender a prazo implica conceder crédito aos clientes, “a empresa entrega mercadorias ou presta serviços e o cliente assume o compromisso de pagar o valor correspondente em uma data futura” (BRAGA, 2008, p.113).

Neste contexto, entende-se que o cliente tem a obrigação de pagar pelo serviço ou produto que recebeu, mas sabe-se que no dia a dia das empresas, o recebimento às vezes requer muita insistência, negociação e cobrança surgindo à necessidade de melhor avaliar os clientes antes da venda. A política de crédito e cobrança é uma ferramenta muito importante e garante a saúde financeira da empresa, pois contribuem para a diminuição da inadimplência.

Algumas empresas, com o intuito de aumentar as vendas, não adotam critérios nem padrões para a concessão de crédito, favorecendo o surgimento de contas incobráveis. Por outro lado, se a empresa adotar uma política de crédito muito rigorosa, terá menor risco de não receber, porém, reduzirá sua receita de vendas. O ideal nesse caso é haver um equilíbrio entre a rigidez e a flexibilidade na concessão de crédito, para assim obter aumento nas vendas, com baixo risco de inadimplência.

Conforme Araújo, Arruda e Barreto (2008), quanto à execução dos trabalhos, a auditoria pode ser dividida em auditoria Independente, Auditoria Interna ou Operacional e Auditoria Pública.

A auditoria Independente é realizada por auditores independentes sem vínculo empregatício, que exercem trabalho voltado para as peças e registros contábeis emitindo parecer sobre elas, respaldados em exigências legais.

A auditoria interna ou operacional é realizada por profissionais com vínculo empregatício, tem como objetivo exercer a função de controle e assessoria nas empresas.

Já a auditoria pública é voltada para a observação do cumprimento da empresa junto às entidades disciplinadoras das normas vigentes no país.

Conforme citado acima a auditoria pode ser dividida a vários tipos, porém o intuito é exercer um trabalho sério que cuja sua principal fontes são os demonstrativos financeiros e bancário visando sempre credibilidade.

2.1 Auditoria de contas a receber

A finalidade da auditoria interna é avaliar os registros, a fim de apresentar com competência aos interessados a verdadeira situação que o cliente está vivendo neste presente momento.

Conforme Crepaldi (2007, p.125) “a auditoria interna é um sistema de controle contábil que acompanha e estuda os erros e fraudes através de técnicas de revisão constante de processos e acontecimentos”.

De acordo com Euzébio e Barbosa (2006), a auditoria interna objetiva examinar a integridade e fidedignidade das informações financeiras e operacionais, e os meios utilizados para aferir, localizar, classificar e comunicar essas informações; examinar os sistemas estabelecidos, para certificar a observância às políticas, planos, leis e regulamentos; examinar os meios usados para a proteção dos ativos, se necessário comprovar sua existência real.

Já a administração da política de crédito e cobrança deve ser realizada por meio de regras claras e objetivas, permitindo não só o recebimento dos créditos concedidos aos clientes ao menor tempo possível, como também, a mitigação dos riscos de inadimplência.

Segundo Hoji (2004, p.126), “antes de se efetivar uma venda a prazo para um novo cliente, deve ser realizada uma análise minuciosa e criteriosa dele, procurando evitar que esse crédito concedido se torne tornar um valor não recebível”.

Essa análise tem como base o cadastro do possível cliente, a análise desse cadastro, as possíveis formas de concessão do crédito e por fim os métodos de cobrança dos créditos concedidos. Em uma política de crédito deve ser explicitado o padrão de concessão.

Esse padrão representa os requisitos mínimos a serem atendidos pelos clientes para a venda a prazo. Padrões mais relaxados geram aumento de vendas e devedores duvidosos, padrões mais rígidos reduzem os problemas de cobrança,

mas baixam as vendas e, possivelmente, o lucro operacional (SOUZA e CHAIA, 2000, p.48).

Segundo Braga (1995, p. 113), “as empresas vendem a prazo, ou seja, concedem crédito para ampliar seu nível de produção, aumentar as vendas e, assim, maximizar a rentabilidade”.

Portanto, acredita-se que, concedendo crédito a um cliente, a empresa garantirá, além do aumento de suas vendas, giro de seus estoques, ampliação de suas atividades e mais proximidade com o cliente. Braga (1995) enfatiza que conceder crédito aos clientes representa assumir custos e riscos que não existem nas vendas à vista, tais como:

- Despesas com a análise do potencial de crédito dos clientes;
- Despesas com a cobrança das duplicatas;
- Risco de perdas com os créditos incobráveis;
- Custo dos recursos aplicados nas contas a receber;
- Perda de poder aquisitivo do valor dos créditos em decorrência do

processo inflacionário.

Analisando tais custos e riscos, fica evidente a necessidade de se estabelecer políticas de crédito para minimizar tais eventos. Para isso, é necessário efetivar o cadastro do cliente.

De acordo com Schrickel (1997, p. 49):

A ficha cadastral permite angariar informações sobre a identificação e qualificação do indivíduo (nome, endereço, registros, profissão etc.) e sobre a experiência de outros credores em suas relações comerciais com o mesmo (pontualidade nos pagamentos, apontamentos e protestos etc.).

Segundo Leoni (1998), ainda que as informações incluídas nas fichas de cadastro possam variar de empresa para empresa, de maneira geral. Sempre analisando criteriosamente as informações e solicitando os documentos necessários para não ter erro ao tomar a decisão mais difícil, que seria o valor do crédito disponível para o cliente esta utilizando, porém o setor do crédito não se pode ceder a pressão do setor das vendas, pois um erro por mínimo que seja pode causar diversos danos para a empresa.

A origem da palavra crédito vem do latim *creditum* que significa confiança, empréstimos, dívidas, tendo hoje a expressão um significado mais amplo. Santos (2000, p.15) esclarece que “dentre as várias conceituações, uma linha de

raciocínio tem predominado entre os autores: crédito refere-se à troca de um valor presente por uma promessa de reembolso futuro”.

As empresas concedem crédito para ampliar seu nível de operações, obter ganhos de escala, absorver melhor os custos fixos e assim, maximizar a rentabilidade e assim aumenta o fluxo de caixa na empresa.

O processo de análise e concessão de crédito recorre ao uso de duas técnicas: a técnica subjetiva e a técnica objetiva ou estatística. A primeira diz respeito à técnica baseada no julgamento humano e a segunda é baseada em processos estatísticos, dos quais segundo os métodos “*credit scoring*” e o “*rating*” acabam se destacando (SANTOS, 2000).

Já o *rating*, segundo Silva (2013, pg. 62) “é uma avaliação de risco feita por meio da mensuração e ponderação das variáveis determinantes do risco da empresa.” Esse método procura mensurar a probabilidade de pagamento do devedor à organização.

Esse risco possui padrão a nível mundial onde as empresas analisam o risco de inadimplência em uma escala determinada por órgãos que especialistas. O auditor deverá atentar para aspectos referentes a existência, avaliação e classificação dos valores registrados como contas a receber.

2.1.1 Procedimentos de auditoria

Os procedimentos de auditoria são métodos, técnicas, as ferramentas utilizadas para investigar a conformidade em um processo de auditoria. Dentre os procedimentos de auditoria estão: os testes de observância, também conhecidos como testes de aderência; testes substantivos e os registros nos papéis de trabalho (LINS, 2017).

A aplicação de testes contribui para a obtenção de informações idôneas e com credibilidade para que o auditor possa analisar com clareza e transparência todos os documentos envolvidos no momento da auditoria

No caso da auditoria de contas a receber o teste circularização de clientes envolve a confirmação de clientes, a conferência de cálculos, a análise de documentos originais (clientes e outras contas a receber).

Dentre as solicitações que podem ser realizadas pelo auditor estão a solicitação de listagem dos saldos totais e individuais de contas a receber. A

listagem dos saldos individuais ou o razão analítico de clientes devem ser conferidos e somados a fim de verificar se o total está de acordo com o saldo da conta do razão geral de clientes.

Caso a confirmação não seja realizada por meio de listagens emitidas pelo sistema da empresa, podem ser solicitadas cartas de confirmação. Para as cartas de confirmação não recebidas ou recebidas com divergências, é necessário efetuar procedimentos alternativos, como, a inspeção de pedido de venda e confronto com a nota fiscal.

Outra análise que pode ser realizada, é a análise do demonstrativo das contas a receber por vencimento. Neste momento devem ser analisados a possibilidade de haver vendas fictícias, ônus sobre as contas a receber (por exemplo, duplicatas dadas em garantia de empréstimos bancários). Caso exista é necessário solicitar a divulgação em notas explicativas nas demonstrações contábeis.

Vale destacar que é de total importância que o auditor tenha uma independência e possa desenvolver seu trabalho sempre expondo suas opiniões. Independente de quem irá afetar mesmo que gere um desconforto, e aplicando criteriosamente os seguintes testes ao qual são de extrema importância para uma boa análise e conclusão de sua auditoria.

Quadro 1: Principais testes aplicados na auditoria de contas a receber:

Teste de observância	Proporcionar segurança, que os controle interno estão sendo executados.
Teste substantivos	É o conjunto de técnicas com evidências, que valida os dados contábil.
Teste contra fraude ou erro operacional	O que difere se o erro é intencional ou não intencional a ação executada.
Teste segregação de função	Quando o mesmo profissional executa de mesma função do inicio ao fim.
Teste de cálculos e descontos concedidos no recebimento	Se o desconto concedido esta autorizado ou se esta o responsável pelo setor, se o presente desconto esta calculado dentro das normas e regra da empresa.

Fonte: elaborado pelos autores

3 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo demonstrar a importância da auditoria interna e propor um modelo de auditoria no processo de cobrança de contas a receber.

Com as necessidades de mudanças e evolução financeira para as grandes tomadas de decisões, com a inovação do sistema financeiro e um novo modelo de negócio onde as empresas têm a necessidade do auditor, como forma de desenvolvimento, proteção, melhoria e confiabilidade das informações.

O gerenciamento de riscos nas atividades empresariais permite aos gestores administrar com eficácia as incertezas operacionais e as oportunidades a elas associadas.

Neste contexto, a Administração da política de crédito e cobrança deve ser realizada por meio de regras claras e objetivas, permitindo não só o recebimento dos créditos concedidos aos clientes ao menor tempo possível, como também, a mitigação dos riscos de inadimplência, tendo em vista que administrar os recursos financeiros de uma empresa é uma das mais importantes atividades que o empresário tem no seu dia a dia.

Atualmente as empresas vem enfrentando brusca mudança no mercado em que atuam, o que a levam a necessidade de evoluírem a novos procedimentos, hoje grande parte dessas empresas busca organização dos setores, confiabilidade nos resultados, evitando fraudes e erros operacionais.

Com isso, a política de crédito e cobrança é uma ferramenta muito importante e garante a saúde financeira da empresa, pois contribuem para a diminuição da inadimplência.

Portanto, estruturar e capacitar o setor de cobrança de forma correta e organizada, é o grande garantidor de sucesso no setor, para o crescimento permanente da empresa, Neste sentido, a implantação de auditoria nos processos de cobrança de contas a receber é essencial dentro de uma empresa que busca de forma inovada para garantir sucesso na tomada de decisão e garantir a confiabilidade das informações.

REFERÊNCIAS

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ARAÚJO, I. P. S.; ARRUDA, D.C.; BARRETO, P. H. T. **Auditoria Contábil**. Enfoque teórico, prático e normativo. São Pulo: Editora Saraiva,2008.
A importância da auditoria interna nas empresas e informações precisas, **Revista Científica Eletrônica de Administração**, a. VI. N. 10, Jun. 2006. Disponível em: <www.revista.inf.br>. Acesso em 18 de mai.2017. EUZÉBIO, L.; BARBOSA, R. J

SILVA, Edson Cordeiro da. **Como administrar o fluxo de caixa das empresas: guia prático e objetivo de apoio aos executivos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira: Uma Abordagem Prática**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César A. T. **Administração do capital de giro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEONI, Geraldo; LEONI, Evandro Geraldo. **Cadastro, crédito e cobrança**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LINS, Luiz dos Santos. **Auditoria: uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa: contém exercícios / Luiz dos Santos Lins**. – 4. ed. – São Paulo : Atlas, 2017.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

SANTOS, Edno Oliveira. **Administração financeira de pequena e média empresa**. São Paulo: Atlas, 2001.

FRANCO, H. & MARRA, E. **Auditoria contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRAGA, R. **Fundamentos e técnicas de administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 2008.

SANVICENTE, A. Z.; SANTOS, C. C. **Orçamento na administração de empresas: planejamento e controle**. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

SCHRICKEL, W. K. **Análise de Crédito: Concessão e Gerência de Empréstimos**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2000.

EUZÉBIO, L.; BARBOSA, R. J. A importância da auditoria interna nas empresas e informações precisas. **Revista Científica Eletrônica de Administração**, a. VI. N. 10, Jun. 2006. Disponível em: <www.revista.inf.br>. Acesso em 18 de mai.2017.

Marques, J. A. V. C., & Braga, R. (1995). **Análise dinâmica do capital de giro: o modelo Fleuriet**. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 49-63.

SOUSA, Almir Ferreira de e CHAIA, Alexandre Jorge. **Política de Crédito: Uma Análise Qualitativa dos Processos em Empresas.** Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 07, nº 3, julho/setembro 2000.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimos.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

LEONI, Geraldo; LEONI, Evandro Geraldo. **Cadastro, crédito e cobrança.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SANTOS, José O. dos. Análise de crédito: **Empresas e pessoas físicas.** São Paulo: Atlas, 2000.